

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES: EDUCAÇÃO POPULAR, FEMINISMO E DIREITO EM MOVIMENTO NO CONTEXTO CURITIBANO

Lizz Ester Segala*

Mariana Melli**

Nome do projeto: Promotoras Legais Populares.

Local em que ocorre: Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Quando ocorre: desde o ano de 2012, com encontros semanais.

Participantes: 14 mulheres na coordenação e em média 45 cursistas.

O presente trabalho se destina a apresentar, de modo geral, o histórico e as frentes de atuação perpetrados pelo projeto de extensão Promotoras Legais Populares (PLP), vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no contexto curitibano, no Estado do Paraná. Neste momento, damos ênfase nas atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2019, bem como na estrutura do projeto, nos seus princípios e nos principais desafios enfrentados ao longo dessa conjuntura.

Em um breve resgate, cabe lembrar que as PLP, enquanto movimento nacional, nasceram no ano de 1994 a partir dos esforços de feministas da União de Mulheres de São Paulo e do Grupo Themis que buscavam a implementação de um debate organizado e horizontal sobre direito das mulheres no Brasil. Com influência do engajamento do movimento feminista brasileiro na escrita da Constituição de 88 e na construção da redemocratização do país anteriormente, a necessidade de organização das PLP é fomentada também no Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM) em 1992, pela troca entre brasileiras e companheiras da América Latina e do Caribe que haviam organizado um curso sobre legislação para mulheres (TELES, 2019).

No ano passado, as PLP completaram 25 anos de formação e de movimento no Brasil, em uma rede que foi se espalhando por diversos estados do nosso país. O projeto, que tem como atividade principal a oferta de um curso de formação política e jurídica, é fundamentado por princípios compartilhados em todas as coordenações, mas concebe-se institucionalmente de acordo com as possibilidades e contextos de cada localidade. No caso do Paraná, a primeira turma do curso nasceu na capital já como projeto de extensão vinculado à UFPR no ano de 2012. Nesse sentido, é importante pontuar que a presença do movimento dentro da universidade pública afirma o compromisso da extensão de promover a integração dos saberes acadêmicos e

* Graduada do 4º ano do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná e Promotora Legal e Popular. E-mail: lizzesters@gmail.com

** Graduada do 5º período do curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, estagiária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Promotora Legal Popular.

E-mail: marianamelli2808@gmail.com

populares para construção de um pensamento que enfrente as barreiras de acesso à educação.

A experiência curitibana das PLP, que não foge do que é defendido em nível nacional e latino-americano, tem por objetivo se colocar como uma ferramenta para emancipação de mulheres na promoção dos Direitos Humanos, combate à violência de gênero, raça e LBT, bem como para contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Isso tudo apoiado em três eixos principais: a **educação popular**, o **feminismo** e o **Direito**. A partir deste enfoque, passamos a compartilhar os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2019, todavia pontuamos que as movimentações não se encerraram no referido período, mas reinventam-se constantemente.

Tratando-se da **educação popular** e fugindo de uma lógica de educação bancária ou formal com o conceito de “aula”, valoriza-se o compartilhamento de conhecimentos populares e de experiências trazidas pelas participantes, que são exclusivamente mulheres cis e trans, e que prioritariamente advém de espaços marginalizados e/ou que integram uma dita minoria. Com a participação, portanto, de mulheres negras, LBTs, com deficiência e periféricas, o protagonismo dentro das PLP fica nas mãos daquelas que estruturalmente e estrategicamente têm seus saberes deslegitimados. Todavia, acredita-se que estas mulheres carregam verdadeiras práticas de luta e potencial de reafirmação de suas (r)existências como sujeitas transformadoras da realidade excludente em que vivemos.

No que tange às questões práticas, a turma “Marielle Franco” ao longo do ano de 2019, estruturou-se em 24 encontros semanais com duas horas de duração para abordar temáticas envolvendo história, direito e luta política das mulheres. Apoiando-se na pedagogia freiriana, esses encontros contavam com a facilitação - ou mediação - de uma ou duas convidadas. A coordenação do projeto dedicou-se a trazer mulheres com saberes dentro da temática proposta do dia e também a orientá-las de acordo com uma ementa previamente organizada. Tudo isso foi logrado conforme as experiências adquiridas de turmas anteriores, bem como de acordo com novas demandas que iam surgindo. Deste modo, incentiva-se o diálogo horizontal entre as mulheres presentes a fim de possibilitar a construção coletiva dos encontros, uma vez que nas palavras de Paulo Freire (2005, p.33),

o conhecimento emerge apenas através da invenção e da reinvenção, através da inquietante, impaciente, contínua e esperançosa investigação que os seres humanos buscam no mundo, com o mundo e uns com os outros.

Pontua-se, considerando a citação acima, que há preocupação em levar sentido e demonstrar como o assunto abordado em cada encontro interfere na vida das participantes, tanto objetiva quanto subjetivamente. Para tanto, utiliza-se da promoção de “místicas”, antes ou após o início das conversas, que podem ser definidas em termos de recursos lúdicos a fim de tornar prático os aspectos teóricos discutidos. Durante o ano de 2019, foram utilizadas apresentação de teatro surdo, experiência de economia solidária, aula de movimentação corporal, entre outras dinâmicas. Para mensurar a significação das experiências durante o curso, no final de cada encontro, é solicitado

que cada participante faça uma avaliação do encontro, de modo anônimo e por escrito, para que assim exponham suas demandas, críticas e sugestões, que então são lidas e, semanalmente, discutidas pela coordenação do projeto.

Pensando em tornar o curso possível e acessível, a coordenação atenta-se em oferecer vale-transporte, intérprete de libras em todos os encontros, como também um espaço chamado de “ciranda”, para que haja espaço para os filhos e/ou crianças que dependem dos cuidados das cursistas. Não obstante, trinta minutos antes do encontro, o vínculo afetivo é estimulado com a preparação coletiva de um lanche a fim de que as cursistas, em especial as que vão diretamente do trabalho ao curso, possam se alimentar, conversar e trocar as suas vivências. Ademais, ao longo do encontro, uma pessoa da coordenação fica responsável pelo “acolhimento” que é a denominação de uma prática de escuta individualizada para as mulheres que queiram ou precisem falar sobre quaisquer assuntos ou demandas que possam surgir durante os encontros.

O segundo eixo ideológico das PLP, assim compreendido não pelo seu grau de importância, é o **feminismo**, este interseccional e popular, de forma que se legitimam as lutas empreendidas pelas mulheres nos mais diversos campos de combate às opressões que nos atravessam; o que coloca em pauta a batalha contra o racismo, contra a LBTfobia e contra o capitalismo. Abordar a interseccionalidade durante a formação das PLP é promover um debate sobre condições de privilégios que colocam mulheres em situações desiguais dentro de uma mesma identidade de gênero.

Nesse sentido, importante pontuar que na turma de 2019, durante dois encontros intitulados como “Mito da Democracia Racial” e “Mulheres Negras”, a questão da interseccionalidade provocou desentendimentos entre as cursistas. A discussão sobre os relacionamentos interracialistas levantou argumentos racistas sobre uma falsa igualdade entre as mulheres. Diante disso, foi acrescentado, no cronograma, um encontro intitulado “Colorismo” para ampliar a compreensão acerca do racismo e para fomentar a participação de mulheres negras nos debates. Evidentemente, o acréscimo de um encontro não esgotou a questão, e sim articulou um debate permanente ao longo do ano. De mesmo modo, tal episódio explicitou a necessidade do combate constante ao racismo estrutural vigente em uma sociedade colonizada como a brasileira, visto também que os reflexos disso não escapam mesmo em um espaço como as PLP.

Para tanto, a coordenação do projeto - que, diga-se de passagem, é composta exclusivamente por mulheres vinculadas ou não a UFPR e em sua maioria advindas dos mais diversos espaços de articulação, como sindicatos, movimentos sociais e estudantis - empenha-se em constantemente compreender a realidade concreta que determina a vida das mulheres e por isso promoveu estudos para aprimoramento das leituras metodológicas do curso, a exemplo do feminismo popular, e que dialogassem com as lutas e as necessidades das cursistas para que o curso gerasse sentido para cada uma.

Por último, o terceiro aspecto ao qual as Promotoras Legais Populares se ancoram é o **Direito** sob uma visão emancipadora, anticapitalista, e como mecanismo a favor dos Direitos Humanos dentro de uma lógica decolonial. Deste modo, é através primeiramente da denúncia das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que se

percebe então as demandas resultantes das diversas experiências de violações de direitos. Entre as inúmeras violações, as principais condizem com a violência doméstica, com a injusta divisão sexual do trabalho, com o racismo e a LBTfobia nos mais diversos espaços, a dificuldade do acesso e de uma vida segura na cidade, os obstáculos ao alcance de uma alimentação segura e de qualidade, entre outros. Deste modo, o compromisso das PLP é não só facilitar o acesso das mulheres a uma certa formação jurídica, mas também facilitar a capacidade de articulação entre as mulheres a fim de defender seus direitos sob um aspecto tanto individual quanto coletivo e estrutural.

Neste sentido, busca-se o diálogo com entidades judiciais, tais como a Casa da Mulher Brasileira, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mas cabe enfatizar que há um contato muito importante e próximo com diversos movimentos sociais. Sendo assim, é interessante mencionar que no ano de 2019 foi feita uma parceria das PLP com o movimento e festival “Pela Vida das Mulheres” em somatória a outros movimentos sociais de mulheres que resultou na participação ativa do projeto de extensão em uma oficina na comunidade periférica do Parolin com a temática dos direitos sexuais e reprodutivos. Para além do curso e condizente com a ideia de expansão de atividades que ultrapassam as paredes da universidade, apoiamos as cursistas a assistirem à peça “Para não morrer” em uma parceria com o elenco da peça e o teatro SESI. Ademais, a coordenação, buscando ampliar a rede de saberes populares, se envolveu no fortalecimento de eventos construídos por outros movimentos, tais como a 18ª Jornada de Agroecologia, a Semana da Justiça pela Paz em Casa realizada no município de Colombo, o Julho das Pretas e a II Conferência Extraordinária Municipal de Políticas para Mulheres no Município de Curitiba.

Em conclusão, percebe-se que as Promotoras Legais Populares não se resumem a um curso, pois busca-se não apenas o compartilhamento de saberes para além de uma lógica de acumulação, mas também a criação de redes entre as cursistas. Esse contato de mulheres atua como ferramenta de organização na luta por direitos que são constantemente atacados nos mais diversos âmbitos pela estrutura patriarcal, colonial e capitalista em que nos encontramos. Não obstante, é encorajada a criação de laços afetivos entre as mulheres, a fim de afastar uma lógica de competição que sistematicamente é atribuído a elas. Tudo isso pode ser resumido então no grito de guerra que em todo o final de encontro entoamos: “mulheres que ousam lutar constroem o poder popular!”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TELES, M. A. de A. 25 anos de Promotoras Legais populares. In: SOUSA JÚNIOR, J. G. S.; FONSECA, L. G. D. da F.; BAQUEIRO, P. de A (Org). *Promotoras Legais Populares Movimentando Mulheres pelo Brasil: análises de experiência*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. p. 233-249.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.